

# **ATA DA 9ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA PARA ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS, REALIZADA EM CONJUNTO COM OS MEMBROS DAS CÂMARAS TÉCNICAS DE INTEGRAÇÃO E PROCEDIMENTOS DE AÇÕES DE OUTORGA E REGULAÇÃO E ÁGUAS SUBTERRÂNEAS**

**LOCAL: Auditório do Centro de Treinamento do IBAMA, 6º Andar EM BRASÍLIA.**

**DATA : 17 e 18/10/2000    Início: 10:05 horas    Término: 17:30 horas**

## **PARTICIPANTES :**

Ministério do Meio Ambiente : Júlio Thadeu Kettelhut ([julio.kettelhut@mma.gov.br](mailto:julio.kettelhut@mma.gov.br))  
Ministério de Minas e Energia : Benedito Barbosa Pereira  
Conselho Estadual de São Paulo : Anícia Aparecida B.Pio ([apio@sp.gov.br](mailto:apio@sp.gov.br))  
Conselho Estadual de Minas Gerais – Maria de Lourdes ( [iude@igam.mg.gov.br](mailto:iude@igam.mg.gov.br) )  
Conc. e Geradoras de E. Elétrica : Martha R. Von Borstel Sugai ([martha@mail.copel.br](mailto:martha@mail.copel.br))  
Comitês, Consórcios e Associações: Aírton Bodstein de Barros ([bodstein@iname.com](mailto:bodstein@iname.com))

## **Relatora:**

Flavia Gomes de Barros-SRH ([flavia.barros@mma.gov.br](mailto:flavia.barros@mma.gov.br))

## **CONVIDADOS:**

Roberto Alves Monteiro ([roberto.monteiro@mma.gov.br](mailto:roberto.monteiro@mma.gov.br))  
Paulo Márcio Souza Vieira ([paulom@srh.ce.gov.br](mailto:paulom@srh.ce.gov.br))  
Maria Luiza Weneck ([mweneck@mail.cni.org.br](mailto:mweneck@mail.cni.org.br))  
Maria Cristina Yuan ([crisyuan@ibs.org.br](mailto:crisyuan@ibs.org.br))  
Celso Dutra Rodrigues ([celso.rodrigues@mma.gov.br](mailto:celso.rodrigues@mma.gov.br))  
Marcelo Taylor de Lima ([marclima@horiz.com.br](mailto:marclima@horiz.com.br))  
Isaura Maria Vieira Pinho ([isaura@cvrdr.com.br](mailto:isaura@cvrdr.com.br))  
Maria de Lourdes dos Santos ([iude@igam.mg.gov.br](mailto:iude@igam.mg.gov.br))  
Célia Maria Brandão Fróes ([celia@igam.ms.gov.br](mailto:celia@igam.ms.gov.br))  
Ministério de Integração – Demétrios Christofidis – ([dchristofidis@bol.com.br](mailto:dchristofidis@bol.com.br))  
Ministério dos Transportes – Martinho Candido Velloso dos Santos ([martinho@transportes.gov.br](mailto:martinho@transportes.gov.br))  
Célia Cristina Moura Pimenta – ([celiacristina@terra.com.br](mailto:celiacristina@terra.com.br))  
José Di Bella Filho ([di\\_bella@uol.com.br](mailto:di_bella@uol.com.br))  
Mônica Tavares Rocha ([monica.leao@bol.com.br](mailto:monica.leao@bol.com.br))  
Luiz Carlos S. S. Robrigues Filho – ([lzcarrd@bldes.gov.br](mailto:lzcarrd@bldes.gov.br))  
Ronaldo Vianna da Silveira – ([rvianna@bndes.gov.br](mailto:rvianna@bndes.gov.br))  
Rejane Beatriz Lima – ([rejaneps@zaz.com.br](mailto:rejaneps@zaz.com.br))  
Ministério da Agricultura - José Silvério  
Conselho Estadual do Nordeste - Isaac Goes de Queiroz ([isaac@lognet.com.br](mailto:isaac@lognet.com.br))  
Luiz Amore – ([amore@tba.com.br](mailto:amore@tba.com.br))  
Devanir Garcia Santos – ([devanir.santos@mma.gov.br](mailto:devanir.santos@mma.gov.br))  
Agostinho F. Sobreiro Neto – ([afneto@cvrdr.com.br](mailto:afneto@cvrdr.com.br))  
Carlos Oiti Berbert – ([oiti@cnpq.br](mailto:oiti@cnpq.br))  
Célia Maria Brandão Fróes – ([celia@igam.mg.gov.br](mailto:celia@igam.mg.gov.br))  
João Salles – ([jsrsalles@terra.com.br](mailto:jsrsalles@terra.com.br))  
Emanuel Teixeira de Queiroz – ([emanuel@dnpm.gov.br](mailto:emanuel@dnpm.gov.br))  
Carlos Rodrigues da Costa – ([daqomea@dnpm.gov.br](mailto:daqomea@dnpm.gov.br))  
Lúcio Henrique Bandeira – ([lbandeira@saneamento.rj.gov.br](mailto:lbandeira@saneamento.rj.gov.br))  
Olga Nunes – ([olgan@cvrdr.com.br](mailto:olgan@cvrdr.com.br))  
Marcelo Taylor de Lima – ([marclima@horiz.com.br](mailto:marclima@horiz.com.br))  
CVDR-RJ – Gerência de Meio Ambiente – Maria Carmen Aleixo – ([mcarmem@cvrdr.com.br](mailto:mcarmem@cvrdr.com.br))  
CVDR – Isaura M.V. Pinho – ([isaura@cvrdr.com.br](mailto:isaura@cvrdr.com.br))

## **ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

O Presidente da Câmara Técnica, Dr. Júlio Thadeu abriu a reunião agradecendo a presença de todos, convidou o Dr. Simanke, presidente da CT Águas Subterrâneas para também assumir a presidência conjunta da reunião e justificou a ausência do Dr. Marcos Freitas, presidente da CT de Procedimentos de Outorga. A seguir, o Dr. Júlio distribuiu a pauta e fez um pequeno comentário sobre os dois itens da pauta. Informou que a Secretaria Executiva do CNRH recebeu hoje, encaminhado pelo Secretário Executivo do MMA, uma proposta de decreto que regulamenta a Lei 9433/97 que deverá ser apreciada pela CT Assuntos Legais e Institucionais. O Dr. Simanke comentou que as boas resoluções não serão conflitantes com a regulamentação da lei e que poderão ser complementares. Informou que o Dr. Oiti será o representante da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas pois os demais membros desta câmara estarão discutindo assuntos específicos na reunião separada. Após alguns comentários gerais o Dr. Júlio iniciou a discussão da Proposta de Resolução de outorga, versão 4 de 28.09.00, sugerindo aprovar a proposta como um todo e depois discutir os destaques. A Dra. Isaura solicitou que fossem identificadas todas as propostas de emendas, as quais constam anexo. Após discussões e votação foi aprovado seguir o texto base e analisar as emendas apresentadas. Primeiro foi analisada a emenda aditiva ao artigo 1, encaminha pelo Dr. Emanuel, a qual depois de diversas discussões foi aprovada com alteração do artigo, conforme texto final anexo. A Dra. Leila Gomes apresentou proposta de duas emendas aditivas, referentes a águas subterrâneas, as quais após discussões foram aceitas e incorporadas no texto base. A seguir passou-se a discutir as emendas apresentadas pela CNI, com propostas substitutivas, supressivas e aditivas. Após diversas discussões as propostas aceitas foram incorporadas ao texto base. As emendas encaminhadas pelo Ministério do Transporte foram retiradas pelo seu representante. O Dr. Diógenes apresentou uma proposta de emenda que foi incorporada ao artigo 7º. A Dra. Leila propôs inciso aditivo no Artigo 15º o qual foi aprovado. Após discussão e análise das propostas aditivas, supressivas, complementares e substitutivas foi acordado o texto da proposta de resolução de diretrizes de outorga que consta em anexo. Passou-se assim a discutir o próximo item de pauta referente a proposta de diretrizes para Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas. O Dr. Júlio abriu a discussão lembrando que esta proposta refere-se a diretrizes gerais para planos de recursos hídricos e não para a elaboração do plano nacional e lembrou que o objetivo desta proposta é elaborar uma instrução normativa, permitindo a integração dos planos de sub-bacias com a bacia principal e que o texto básico apresentado é resultado de diversas reuniões com os órgãos gestores de meio ambiente e recursos hídricos dos estados. A Dra. Isaura propôs aprovar o que não é polêmico e depois destacar os temas polêmicos para serem discutidos na próxima reunião no dia 25/10, o que foi consensado. O Dr. Júlio passou a ler a proposta e ocorreram diversas discussões sobre o texto. O prof. Ailton lembrou que a redação desta proposta deve garantir a descentralização visto que todos os instrumentos de gestão serão remetidos para o plano. A Dra. Martha lembrou que é importante ter um documento que consolide todas as alterações ocorridas com o tempo. Assim os membros da Câmara Técnica de Outorga e Águas Subterrâneas foram convidados a assistir a apresentação referente a proposta de Resolução de Diretrizes para Elaboração dos Planos de Recursos Hídricos de Bacia Hidrográfica que será na 10ª reunião da Câmara Técnica de Assuntos Institucionais a ser realizada em 19/10. O Dr. Júlio agradeceu a presença de todos e parabenizou a participação do setor industrial nas discussões, sendo definida a data do dia 25/10 para a próxima reunião conjunta.

Aprovada na 17ª reunião em 15/03/2001

**JULIO THADEU KETTELHUT**  
Presidente  
**Anexo I**

**FLAVIA GOMES DE BARROS**  
Relatora

**RESOLUÇÃO Nº outorga , DE DE DE 2000.**  
**VERSÃO 5 - 18-10-2000**

O Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, no uso das atribuições e competências que lhe são conferidas pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, pelo Decreto nº 2612, de 3 de junho de 1998, e conforme o disposto em seu Regimento Interno, e:

Considerando que compete ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos estabelecer diretrizes complementares para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SNGRH;

Considerando que compete ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos estabelecer critérios gerais para a outorga de direito de uso de recursos hídricos;

Considerando a necessidade da atuação integrada dos órgãos componentes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos na execução da Política Nacional de Recursos Hídricos, em conformidade com as respectivas competências, resolve:

Art. 1º A outorga de direito de uso de recursos hídricos é o ato administrativo mediante o qual a autoridade outorgante faculta ao outorgado o direito de uso de recurso hídrico, por prazo determinado, nos termos e nas condições expressas no respectivo ato, consideradas as legislações específicas vigentes.

§ 1º A outorga não implica alienação total ou parcial das águas, que são inalienáveis, mas o simples direito de uso.

§ 2º A outorga confere o direito de uso de recursos hídricos condicionado à disponibilidade hídrica e ao regime de racionamento, sujeitando o outorgado à suspensão da outorga e às demais disposições estabelecidas nesta Resolução.

§ 3º O outorgado é obrigado a respeitar direitos de terceiros.

Art. 2º A transferência do ato de outorga à terceiros deverá conservar as mesmas características e condições da outorga original e poderá ser feita total ou parcialmente quando aprovada pela autoridade outorgante e será objeto de novo ato administrativo indicando o(s) titular(es).

Art. 3º O outorgado poderá disponibilizar ao outorgante, a critério deste, por prazo igual ou superior a um ano, vazão parcial ou total de seu direito de uso, devendo ser objeto de novo ato administrativo.

Art. 4º Estão sujeitos à outorga:

I - a derivação ou captação de parcela de água existente em um corpo hídrico, para consumo final, inclusive abastecimento público ou insumo de processo produtivo;

II - extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo;

III - lançamento em corpo hídrico de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final;

IV - o uso para fins de aproveitamento de potenciais hidrelétricos; e

V - outros usos e/ou interferências, que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um corpo d'água.

Parágrafo único. A outorga poderá abranger direito de uso múltiplo e/ou integrado de recursos hídricos, superficiais e subterrâneos, ficando o outorgado responsável pela observância concomitante de todos os usos a ele outorgados.

Art. 5º A outorga de direito de uso de recursos hídricos terá o prazo máximo de vigência de trinta e cinco anos, contados da data da publicação do respectivo ato administrativo, respeitados os seguintes limites de prazo:

I – até dois anos, para início da implantação do empreendimento objeto da outorga;

II – até seis anos, para conclusão da implantação do empreendimento projetado.

§ 1º O prazo de que trata o *caput* poderá ser prorrogado, pela respectiva autoridade outorgante, respeitando-se as prioridades estabelecidas nos Planos de Recursos Hídricos.

§ 2º Os prazos de vigência das outorgas de direito de uso de recursos hídricos serão fixados em função da natureza e do porte do empreendimento, levando-se em consideração, quando for o caso, o período de retorno do investimento.

§ 3º Os prazos a que se referem os incisos I e II poderão ser ampliados quando o porte e a importância social e econômica do empreendimento o justificar, ouvido o Conselho de Recursos Hídricos competente.

§ 4º A outorga de direito de uso de recursos hídricos para concessionárias e autorizadas de serviços públicos e de geração de energia hidrelétrica vigorará por prazo coincidente com o do correspondente contrato de concessão ou ato administrativo de autorização.

Art. 6º A autoridade outorgante poderá emitir outorgas preventivas de uso de recursos hídricos, mediante requerimento, com a finalidade de declarar a disponibilidade de água para os usos requeridos, observado o disposto no art. 13 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

§ 1º A outorga preventiva não confere direito de uso de recursos hídricos e se destina a reservar a vazão passível de outorga, possibilitando, aos investidores, o planejamento de empreendimentos que necessitem desses recursos.

§ 2º O prazo de validade da outorga preventiva será fixado levando-se em conta a complexidade do planejamento do empreendimento, limitando-se ao máximo de três anos, findo o qual será considerado o disposto nos incisos I e II do artigo anterior.

§ 3º O prazo de que trata o parágrafo anterior poderá ser prorrogado pela respectiva autoridade outorgante, respeitado-se as prioridades estabelecidas nos Planos de Recursos Hídricos e os prazos requeridos no procedimento de licenciamento ambiental.

Art. 7º. A autoridade outorgante deverá estabelecer prazos máximos de análise para os processos de outorga preventiva e de outorga de direito de uso, considerando as peculiaridades da atividade ou empreendimento, a contar da data do protocolo do requerimento, ressalvada a necessidade da formulação de exigências complementares.

Art 8º. As outorgas preventivas e de direito de uso dos recursos hídricos relativas a atividades setoriais específicas, poderão ser objeto de Resolução específica, em consonância com o disposto nesta resolução.

Art. 9º A autoridade outorgante deverá assegurar ao público o acesso aos critérios que subsidiem os processos de autorização, suspensão, regime de racionamento e prioridade de direito de uso.

Art. 10- Para licitar a concessão ou autorizar o uso de potencial de energia hidráulica, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL deverá promover, junto à autoridade outorgante competente, a prévia obtenção de declaração de reserva de disponibilidade hídrica, observando o período de transição conforme estipulado na lei 9984/99.

§ 1º A declaração de reserva de disponibilidade hídrica será transformada, pela respectiva autoridade outorgante, em outorga de direito de uso de recursos hídricos à entidade que receber da ANEEL a concessão ou a autorização de uso do potencial de energia hidráulica.

§ 2º A declaração de reserva de disponibilidade hídrica obedecerá ao disposto no art. 13 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e será fornecida em prazos a serem regulamentados.

Art. 11 Independem de outorga:

I - o uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais distribuídos no meio rural;

II - as derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes, tanto do ponto de vista de volume quanto de carga poluente; e

III - as acumulações de volumes de água consideradas insignificantes.

Parágrafo único. Critérios específicos de vazões ou acumulações de volumes de água consideradas insignificantes serão estabelecidos nos planos de recursos hídricos, devidamente aprovados pelos correspondentes comitês de bacia hidrográfica ou, na inexistência destes, pela autoridade outorgante.

Art. 12- A outorga deverá observar os planos de recursos hídricos e, em especial:

I - as prioridades de uso estabelecidas, resguardando o interesse público;

II - a classe em que o corpo hídrico estiver enquadrado, em consonância com a legislação ambiental;

III - a preservação dos usos múltiplos previstos; e

IV - a manutenção das condições adequadas ao transporte aquaviário, quando couber.

§1º As vazões e os volumes outorgados poderão ficar indisponíveis, total ou parcialmente, para outros usos no corpo hídrico, considerando o balanço hídrico e a capacidade de autodepuração para o caso de diluição de efluentes.

§2º A vazão de diluição poderá ser destinada a outros usos no corpo hídrico, desde que não agregue carga poluente adicional.

Art. 13- A emissão da outorga obedecerá, no mínimo, às seguintes prioridades:

I – o interesse público;

II – a data do protocolo do requerimento, ressalvada a complexidade de análise do uso ou interferência pleiteados e a necessidade de complementação de informações.

Art. 14. Os Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas deverão considerar as outorgas existentes em suas correspondentes áreas de abrangência e recomendar às autoridades outorgantes, quando for o caso, a realização de ajustes e adaptações nos respectivos atos.

Art. 15 A outorga de direito de uso da água para o lançamento de efluentes será dada em quantidade de água necessária para a diluição da carga poluente, que pode variar ao longo do prazo de validade da outorga em função das concentrações limites estabelecidas pelo órgão competente pela qualidade da água e da classe de enquadramento do respectivo corpo receptor e/ou em função de critérios definidos no correspondente plano de recursos hídricos.

Parágrafo Único – Os estudos e projetos hidráulicos, geológicos, hidrológicos e hidrogeológicos, correspondentes as atividades necessárias ao uso dos recursos hídricos, deverão ser executados sob a responsabilidade de profissional devidamente habilitado junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA.

Art. 16. O requerimento de outorga de uso de recursos hídricos será apresentado por escrito, à autoridade competente e instruído com, no mínimo, as seguintes informações:

I - em todos os casos:

a) identificação do requerente;

b) localização geográfica do(s) ponto(s) característico(s) objeto do pleito de outorga, incluindo nome do corpo hídrico e da bacia hidrográfica principal;

c) especificação da finalidade do uso da água;

II - quando se tratar de derivação ou captação de água oriunda de corpo hídrico superficial ou subterrâneo:

a) vazão máxima instantânea e volume diário que se pretenda derivar;

b) regime de variação, em termos de número de dias de captação, em cada mês, e de número de horas de captação, em cada dia;

III - quando se tratar de lançamento de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final:

a) vazão máxima instantânea e volume diário a ser lançado no corpo d'água receptor e regime de variação do lançamento;

b) concentrações e cargas de poluentes físicos, químicos e biológicos.

Art. 17 O processo objeto do requerimento de outorga de direito de uso de recursos hídricos poderá ser arquivado quando o requerente deixar de apresentar as informações ou documentos solicitados pela autoridade outorgante, após três meses contados da data da solicitação.

Art. 18 Os pedidos de outorga poderão ser indeferidos em função do não cumprimento das exigências técnicas ou legais ou do interesse público, mediante decisão devidamente fundamentada, a ser publicada, em extrato do termo de indeferimento no Diário Oficial.

Art. 19. Do ato administrativo da outorga deverão constar, no mínimo, as seguintes informações:

- I - identificação do outorgado;
- II - localização geográfica e hidrográfica, quantidade, e finalidade a que se destinem as águas;
- III – prazo de vigência;
- IV – obrigação, nos termos da legislação, de recolher os valores da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, quando exigível, que será definida mediante regulamento específico;
- V - condição em que a outorga poderá cessar seus efeitos legais, observada a legislação pertinente, e
- VI - situações ou circunstâncias em que poderá ocorrer a suspensão da outorga em observância ao art. 15 da Lei nº 9.433, de 1997 e do artigo 23 desta resolução.

Art. 20 A autoridade outorgante manterá cadastro dos usuários de recursos hídricos contendo, para cada corpo hídrico, no mínimo:

- I - registro das outorgas emitidas e dos usos que independem de outorga;
- II – vazão máxima instantânea e volume diário outorgado no corpo hídrico e em todos os corpos hídricos localizados a montante e a jusante; e
- III – vazão máxima instantânea e volume diário disponibilizados no corpo hídrico e nos corpos hídricos localizados a montante e a jusante, para atendimento aos usos que independem de outorga;
- IV – vazão mínima do corpo hídrico necessária à prevenção da degradação ambiental, à manutenção dos ecossistemas aquáticos e a manutenção de condições adequadas ao transporte aquaviário, quando couber, dentre outros usos.

§ 1º As informações sobre o cadastro e o registro das outorgas integrarão o Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos.

§ 2º A cada emissão de nova outorga a autoridade outorgante fará o registro do aumento da vazão e do volume outorgados no respectivo corpo hídrico.

§ 3º Será obrigatório o cadastro para qualquer tipo de uso de recurso hídrico, como também a comunicação à autoridade outorgante da desistência do(s) uso(s) outorgado(s).

Art. 21 O outorgado interessado em renovar a outorga deverá apresentar requerimento à autoridade outorgante competente com antecedência mínima de noventa dias da data de término da outorga.

§ 1º O pedido de renovação somente será atendido se forem observadas as normas, critérios e prioridades vigentes na época da renovação.

§ 2º Cumpridos os termos do *caput*, se a autoridade outorgante não houver se manifestado expressamente a respeito do pedido de renovação até a data de término da outorga, fica esta automaticamente prorrogada até que ocorra deferimento ou indeferimento do referido pedido.

Art. 22. As outorgas emitidas serão publicadas em Diário Oficial, na forma de extrato, no qual deverá constar, no mínimo, as informações constantes no Art. 18.

§ 1º Fica facultada às autoridades outorgantes a adoção de sistema eletrônico para requerimento das outorgas, podendo dispensar a apresentação dos originais da documentação exigível, desde que seja assegurada sua disponibilidade a qualquer tempo, para fins de verificação e fiscalização.

§ 2º Caso a autoridade outorgante verifique inexatidão quanto à documentação apresentada pelo Requerente, serão aplicadas as sanções cabíveis, previstas em lei.

Art. 23. A outorga de uso de recursos hídricos poderá ser suspensa pela autoridade outorgante, parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, sem qualquer direito de indenização ao usuário, nas seguintes circunstâncias:

- I - não cumprimento pelo outorgado dos termos da outorga o;

II – Ausência de uso por 3 anos consecutivos

III- necessidade premente de água para atender a situações de calamidade, inclusive as decorrentes de condições climáticas adversas;

IV - necessidade de se prevenir ou reverter grave degradação ambiental;

V - necessidade de se atender a usos prioritários de interesse coletivo para os quais não se disponha de fontes alternativas;

VI - necessidade de serem mantidas as características de navegabilidade do corpo de água, e

VII - indeferimento ou cassação da licença ambiental.

§ 1º A suspensão da outorga só poderá ser efetivada se devidamente fundamentada em estudos técnicos que comprovem a necessidade do ato.

§ 3º A suspensão de outorga de uso de recursos hídricos prevista neste artigo, implica automaticamente no corte ou na redução dos usos outorgados.

Art. 24. A outorga de direito de uso de recursos hídricos extingue-se, sem qualquer direito de indenização ao usuário, nas seguintes circunstâncias:

I - morte do usuário - pessoa física;

II - liquidação judicial ou extrajudicial do usuário – pessoa jurídica, e

III - término do prazo de validade de outorga sem que tenha havido tempestivo pedido de renovação.

Parágrafo único. No caso do inciso I deste artigo, os herdeiros ou inventariantes do usuário outorgado, se interessado em prosseguir com a utilização da outorga solicitará em até 180 dias, a retificação da Portaria, que manterá seu prazo e condições originais, quando da definição do(s) legítimo(s) herdeiro(s), sendo emitida nova Portaria, em nome deste(s).

Art. 25. Quando da ocorrência de eventos críticos na bacia hidrográfica, a autoridade outorgante poderá instituir regime de racionamento de água para os usuários, pelo período que se fizer necessário, ouvido o respectivo Comitê.

§ 1º Em caso onde haja o não atendimento da vazão outorgada, poderá o usuário prejudicado solicitar a autoridade outorgante, providências para garantir o seu direito de uso ou o tratamento eqüitativo.

§ 2º Serão prioritariamente assegurados os volumes mínimos necessários para consumo humano e dessedentação de animais.

§ 3º Poderão ser racionadas, indistintamente, as captações de água e/ou as diluições de efluentes, sendo que, neste último caso, o racionamento poderá implicar restrição ao lançamento de efluentes.

Art 26º. As unidades da Federação a quem compete a emissão das outorgas dos recursos hídricos subterrâneos, deverão manter os serviços indispensáveis à avaliação destes recursos, ao comportamento hidrológico dos aquíferos e ao controle da qualidade e quantidade.

Art. 27º. Em caso de conflito no uso das águas subterrâneas de aquíferos que se estendam a mais de um Estado, caberá ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos arbitrá-lo.

Art. 28. A autoridade outorgante poderá delegar às Agências de Água o exercício das seguintes atividades relacionadas à outorga de uso dos recursos hídricos situados em suas respectivas áreas de atuação:

I - recepção dos requerimentos de outorga;

II - análise técnica dos pedidos de outorga;

III - emissão de parecer sobre os pedidos de outorga.

Art. 29 O ato administrativo de outorga não exime o outorgado do cumprimento da legislação ambiental pertinente ou das exigências que venham a ser feitas por outros órgãos e entidades competentes.

Art. 30 O outorgado deverá implantar e manter o monitoramento da vazão captada e/ou lançada e da qualidade do efluente, encaminhando à autoridade outorgante os dados observados ou medidos na forma preconizada no ato da outorga.

Art. 31 O requerimento de outorga e seus anexos deverão ser protocolizados junto à autoridade outorgante competente, de acordo com a jurisdição onde se localizarem os corpos hídricos objetos da outorga.

Art. 32 O não cumprimento ao disposto nesta Resolução acarretará aos infratores as sanções previstas na Lei nº 9433, de 08 de janeiro de 1997, e na legislação correlata.

Art. 33 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

José Sarney Filho  
Presidente

Raymundo José Santos Garrido  
Secretário-Executivo